



Resolução nº 251 de 28 de setembro de 2017

Dispõe sobre os valores relativos à cobrança das contribuições parafiscais, emolumentos, multas e Certidões de Acervo Técnico, devidos ao Conselho Regional de Economia/1ª Região – RJ, por pessoas físicas e jurídicas, para o exercício de 2018.

O CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 1ª REGIÃO - RJ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, pela Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, pela Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e pelo artigo 21 do seu Regimento Interno.

CONSIDERANDO a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos Conselhos de Fiscalização Profissional, em geral;

CONSIDERANDO a Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011, editada pelo Conselho Federal de Economia que criou e regulamentou o Manual de Arrecadação do Sistema COFECON/CORECONS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 1.978, de 11 de setembro de 2017, do Conselho Federal de Economia, que define os parâmetros para fixação dos valores das anuidades, bem como dos emolumentos, multas e Certidões de Acervo Técnico, devidos por pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos Regionais de Economia para o exercício de 2018, e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma dos anexos I e II desta Resolução, os valores relativos à cobrança das contribuições parafiscais e emolumentos devidos ao CORECON/RJ pelas pessoas físicas e jurídicas, nele registradas, para o exercício de 2018. Os valores foram reajustados em relação aos valores praticados em 2017, pelo percentual de 2,07756%



(dois inteiros e sete mil setecentos e cinquenta e seis centésimos de milésimos por cento), que representa a variação integral do INPC/IBGE no período de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017.

Art. 2º Aprovar, na forma do Anexo III desta Resolução, os limites para a cobrança de multas por descumprimento aos dispositivos das Leis nº 1.411/51 e 6.839/80, e do Decreto nº. 31.794/52, por quaisquer pessoas físicas e jurídicas, registradas ou não, em Conselho Regional de Economia.

Art. 3º Os débitos das pessoas físicas registradas no Conselho Regional de Economia/1ª Região/RJ ficam isentos da multa de mora de 2% (dois por cento), conforme previsto no Art. 4º, da Resolução nº. 318, de 29 de julho de 2015, do Conselho Regional de Economia/1ª Região/RJ.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2017.

José Antonio Lutterbach Soares
Presidente



Resolução nº. 251, de 28 de setembro de 2017.

Anexo I - Pessoa Física

- I. Inscrição Definitiva** R\$53,54
- II. Contribuição Parafiscal**
 - a) Valor Base** R\$513,32
 - b) Pagamento Antecipado**

Para pagamento da anuidade em cota única até a respectiva data de vencimento, serão concedidos os descontos abaixo relacionados:

Vencimento	Descontos (%)	Valores
Até 31/01/2018	10%	R\$461,99
Até 28/02/2018	5%	R\$487,65
Até 29/03/2018	SEM DESCONTO	R\$513,32

c) Pagamento parcelado

A anuidade devida pelo Economista poderá ser paga em três parcelas iguais e consecutivas, sem desconto, nos dias 31/01/2018, 28/02/2018 e 29/03/2018, respectivamente. Após o vencimento, os débitos das anuidades serão corrigidos pelo INPC/IBGE, com incidência de juros de mora de 1% ao mês, sobre o valor corrigido.

- III. Emolumentos Diversos**
 - a) Expedição de Carteiras de Identidade na inscrição, para substituição ou emissão de 2ª via.** R\$63,07
 - b) Taxas, Certidões e Atestados** R\$63,07
 - c) Certidão de Acervo Técnico – CAT** R\$125,00



Resolução nº. 251, de 28 de setembro de 2017.

Anexo II - Pessoa Jurídica

- I. Inscrição Definitiva R\$215,38**
- II. Inscrição Secundária R\$107,69**
- III. Contribuição Parafiscal**

a) O valor das contribuições das pessoas jurídicas é devido em função da faixa do capital social.

a.1) A tabela abaixo é aplicada às empresas com registros definitivos:

FAIXAS DE CAPITAL	VALOR ÚNICO
Pessoa Jurídica Individual	R\$557,21
Até R\$10.000,00	R\$557,21
Acima de R\$10.000,00 e até R\$50.000,00	R\$733,29
Acima de R\$50.000,00 e até R\$200.000,00	R\$1.466,59
Acima de R\$200.000,00 e até R\$500.000,00	R\$2.199,89
Acima de R\$500.000,00 e até R\$1.000.000,00	R\$2.933,19
Acima de R\$1.000.000,00 e até R\$2.000.000,00	R\$3.666,48
Acima de R\$2.000.000,00 e até R\$10.000.000,00	R\$4.399,78
Acima de R\$10.000.000,00	R\$5.866,38

a.2) A tabela abaixo é aplicada às empresas com registros secundários, cujas anuidades correspondem à metade do quanto devido pela matriz ou estabelecimento central.

FAIXAS DE CAPITAL	VALOR ÚNICO
Pessoa Jurídica Individual	R\$278,61
Até R\$10.000,00	R\$278,61
Acima de R\$10.000,00 e até R\$50.000,00	R\$366,65
Acima de R\$50.000,00 e até R\$200.000,00	R\$733,30
Acima de R\$200.000,00 e até R\$500.000,00	R\$1.099,95
Acima de R\$500.000,00 e até R\$1.000.000,00	R\$1.466,60
Acima de R\$1.000.000,00 e até R\$2.000.000,00	R\$1.833,24
Acima de R\$2.000.000,00 e até R\$10.000.000,00	R\$2.199,89
Acima de R\$10.000.000,00	R\$2.933,19

b) Pagamento parcelado

A anuidade da Pessoa Jurídica poderá ser paga em três parcelas iguais e consecutivas, sem desconto, nos dias 31/01/2018, 28/02/2018 e 29/03/2018. Após o vencimento, os débitos das anuidades serão corrigidos pela variação do INPC/IBGE, e sobre o valor devidamente corrigido incidirão multa de mora de 2%, e juros de mora de 1%, ao mês, respectivamente.

c) Pagamento antecipado

Para o pagamento antecipado da anuidade, em cota única, serão concedidos descontos, conforme percentuais abaixo relacionados, sobre o valor da anuidade devido:

Vencimento	Descontos (%)
Até 31/01/2018	10%
Até 28/02/2018	5%
Até 29/03/2018	SEM DESCONTO



IV. Emolumentos Diversos

a) Taxa de cancelamento de Registro	R\$70,43
b) Atestados e Certidões de Regularidade e Funcionamento	R\$93,71
c) Certidão de Acervo Técnico - CAT	R\$205,00

Resolução nº. 251 de 28 de setembro de 2017.

Anexo III – Fixar os limites para Aplicação de Multas às Pessoas Físicas e Jurídicas.

TIPICAÇÃO DA INFRAÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL INFRINGIDO	PERCENTUAL DA MULTA
I – Exercício ilegal da profissão por bacharel em Ciências Econômicas, não registrado.	Arts. 14 e 18 da Lei 1.411/51.	150% do valor da anuidade vigente.
II – Exercício ilegal da profissão por não graduado em Ciências Econômicas.	Arts. 14 e 18 da Lei 1.411/51.	250% do valor da anuidade vigente.
III – Falta de registro de empresa prestadora de Serviços Técnicos de Economia e Finanças.	Parágrafo único do Artigo 14 da Lei 1.411/51 e Artigo 1º da Lei 6.839/80.	250% do valor da anuidade calculada com base no Capital da empresa infratora.
IV – Ausência de economista devidamente registrado para assunção de responsabilidade técnica no caso de pessoa jurídica prestadora de serviços técnicos de Economia e Finanças, não registrada.	Artigo 1º da Lei 6.839/80.	250% do valor da anuidade calculada com base no Capital Social da empresa infratora.
V – Ausência de economista devidamente registrado para assunção de responsabilidade técnica no caso de pessoa jurídica prestadora de serviços técnicos de Economia e Finanças, devidamente registrada.	Artigo 1º da Lei 6.839/80.	150% do valor da anuidade calculada com base no capital social da empresa infratora.
VI – Convivência das firmas individuais, empresas e entidades nas infrações tipificadas nos incisos I e II, deste Anexo.	Parágrafo 1º do Artigo 19, da Lei 1.411/51.	150% do valor da anuidade calculada com base no Capital Social da empresa infratora.
VII – Embaraço à fiscalização por pessoa física ou por pessoa jurídica.	Artigo 1º da Lei 6.839/80.	150% do valor da anuidade calculada com base no Capital Social da empresa infratora, e 150% do valor da anuidade vigente, no caso de pessoa física.
VIII – Infrações aos demais dispositivos legais.	Leis 1.411/51 e 6.839/80 e Decreto 31.794/52	250% do valor da anuidade vigente.